

Ministério Público diz que não há denúncia oficial

O assessor de imprensa do Ministério Público, João Carvalho, afirmou que o procurador de Justiça Antônio Ivan informou que não existe nenhuma denúncia formal de sumiço de processo da comarca de Joaquim Pires.

Mas o promotor da comarca de Joaquim Pires, José Marcos Lages Neto, confirmou que o processo sumiu há cerca de um mês, e ainda não havia comunicado ao MP porque ainda estava na esperança de encontrá-lo. "Agora nós iremos comunicar ao MP e pedir a restauração dos autos", declarou Lages.

Quanto aos municípios que estão inadimplentes no ano de 2001, o assessor do MP afirmou o Tribunal de Contas do Estado ainda não concluiu o relatório da prestação de contas relativas ao exercício de 2001, inclusive



SILVA /Assessor de procurador diz que MP não é omissor

porque o ano ainda não acabou e o balanço financeiro das prestações de contas ainda não foi fechado.

Ele ainda acrescentou que o Ministério Público Especial do TCE, que é o órgão competente para acionar o Minis-

tério Público Estadual, para que o mesmo tome providências, ainda não se manifestou.

Na opinião de João Carvalho, o coordenador da Força Tarefa Popular está mesmo querendo se promover politicamente. "Essa entidade vive co-

brando do Ministério Público o que nem é de sua competência, e no caso de ação civil pública o MP apenas recomenda, e quem decide sobre as medidas é o próprio promotor da comarca", afirma.

Ele acrescentou que o Ministério Público não está omissor a qualquer caso que implique em sumiço de processo e já mandou inclusive instaurar uma sindicância para apurar sumiço de processo relacionado ao ex-prefeito de Juazeiro do Piauí.

O assessor ainda comentou que a Força-Tarefa Popular não tem nenhuma representatividade legal para agir como fiscalizador. Ele reconhece que apenas o Ministério Público, a Polícia Federal e a Polícia Civil têm competência para atuar como força tarefa no combate à corrupção. (L.A.)

MN. 28.11.01.